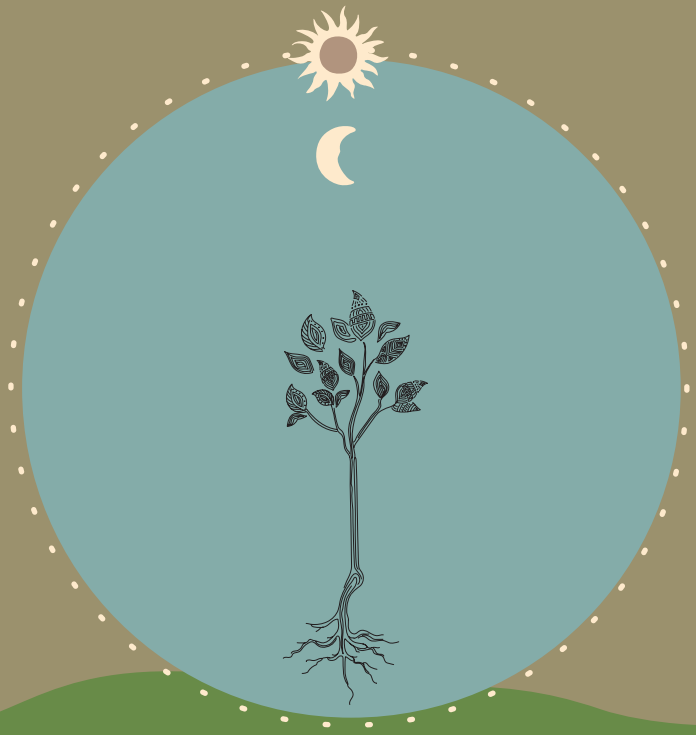


COALIZÃO LEAF E PADRÃO TREES

EXPEDIENTE

Autores: Pablo Pacheco e Melissa Panhol

Revisão: Beto Borges, Debora Batista, Nicia Coutinho, Maria Barcellos

Diagramação e ilustrações: Lica Donaire

Realização: Iniciativa Comunidades e Governança Territorial - Forest Trends

Equipe: Beto Borges, Marcio Halla, Nicia Coutinho, Maria Barcellos, Debora Batista, Suellen Mangueira, Melissa Panhol, Camilla Aleixo, Lorena Cordova

Apoio: Fundação Walmart

Agradecemos às equipes da *Emergent* e da ART pela revisão do documento-base para a construção da cartilha.

FOREST TRENDS

greendata

Walmart org

A pesquisa incluída nesta cartilha foi viabilizada com o apoio financeiro da Fundação Walmart. As conclusões, achados e recomendações apresentadas nesta cartilha são de exclusiva responsabilidade da Forest Trends e não refletem necessariamente as opiniões da Fundação Walmart.

COALIZÃO LEAF E PADRÃO TREES

2025

CARTILHA 4

Coalizão LEAF e Padrão TREES

Esta cartilha tem como objetivo apresentar de forma simples e acessível como funciona o **TREES** (Padrão de Excelência Ambiental REDD+) da **ART** (Arquitetura para Transações REDD+) e também a **Coalizão LEAF** (Reduzindo Emissões por meio da Aceleração do Financiamento Florestal). Vamos conhecer e aprender as diferenças entre esses dois instrumentos, e entender como eles buscam garantir que programas de conservação florestal em grande escala, chamados programas jurisdicionais – como os realizados por países, estados ou províncias – recebam apoio financeiro e técnico, ao mesmo tempo em que respeitam os direitos dos Povos Indígenas e Populações e Comunidades Tradicionais, protegem a biodiversidade e ajudam a combater a mudança do clima.

Esta cartilha é o quarto volume da série "Entendendo o Financiamento Climático" produzida pela Iniciativa Comunidades e Governança Territorial da Forest Trends em parceria com a Greendata e com apoio da Fundação Walmart. Para acessar os demais capítulos, visite o site da Forest Trends.

1

Introdução à Coalizão LEAF e ao padrão TREES

Coalizão LEAF

A **Coalizão LEAF** (Reduzindo Emissões por meio da Aceleração do Financiamento Florestal, na sigla em inglês), foi lançada em 2021 e atua como uma **parceria público-privada** entre governos, o setor privado, e a sociedade civil, incluindo Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais (PIPCTs), que visa **deter o desmatamento de florestas tropicais até 2030.** Essa parceria, coordenada pela *Emergent*, uma organização não-governamental sem fins lucrativos, busca mobilizar mais de 1 bilhão de dólares para ações de **conservação florestal em larga escala** a nível de governos nacionais ou estaduais (chamados jurisdições). A LEAF apoia iniciativas em jurisdições florestais, incentivando a redução do desmatamento e a proteção de ecossistemas, por meio da **compra de créditos** de REDD+ jurisdicional (também conhecido como J-REDD+, como visto na Cartilha 3 desta série) **certificados com o padrão TREES pela ART**, que vamos conhecer melhor em seguida.

Como exemplos de governos florestais participantes da Coalizão LEAF, estão países como Gana, Costa Rica e Equador, assim como o estado do Pará, no Brasil, os quais já contam com **Acordos para Compra de Redução de Emissões** (ERPAs, na sigla em inglês), que são contratos formais nos quais os governos se comprometem a reduzir o desmatamento e, em troca, recebem recursos quando comprovam esses resultados. Outras jurisdições também participam assinando **cartas de intenção** (as LOIs, na sigla em inglês), que demonstram o interesse em participar e começar o processo que pode levar a um futuro ERPA. Estão nessa fase as jurisdições do Vietnã, Nepal, Quênia, e também os estados brasileiros do Mato Grosso, Amazonas e Amapá, segundo informações do portal da Coalizão.

Padrão TREES

A **ART** (Arquitetura para Transações REDD+), é uma iniciativa internacional que certifica créditos de carbono e a qual possui um padrão de certificação próprio: o **TREES** (que significa Padrão de Excelência Ambiental REDD+).

O padrão TREES, operacionalizado pela ART, funciona como um **selo de qualidade,** garantindo que os créditos de carbono certificados realmente representam uma redução de emissão de dióxido de carbono (gás carbônico ou CO_2) que pode ser medida, comprovada e acompanhada. Esses créditos certificados com o padrão TREES são então comprados pela iniciativa LEAF ou outros compradores, buscando garantir que programas a nível jurisdicional de proteção das florestas **tragam resultados reais para o clima e também benefícios importantes para PIPCTs.**

Tanto a criação da Coalizão LEAF quanto a de um padrão como o TREES, pela ART, são iniciativas que surgem em um momento crítico, em que o desmatamento cresce rapidamente e a crise climática se agrava.

As florestas tropicais da Amazônia, da Bacia do Congo e do Sudeste Asiático, por exemplo, são extremamente importantes porque armazenam bilhões de toneladas de carbono e ajudam a manter o clima do planeta equilibrado. No entanto, essas regiões estão sob forte ameaça por causa de atividades como mineração, avanço da agropecuária extensiva e extração de madeira, que desmatam grandes áreas para que suas atividades aconteçam. É estimado que o desmatamento seja responsável por cerca de 15% de todas as emissões de gases de efeito estufa no mundo.

A articulação entre o financiamento da Coalizão LEAF e a compra de créditos certificados TREES, busca **fortalecer políticas florestais, o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e o apoio a PIPCTs que protegem essas áreas.** O padrão TREES permite que as reduções de emissões de CO_2 (ou a sua captura) sejam certificadas com critérios rígidos de transparência, participação e proteção de direitos, especialmente os direitos territoriais e culturais dos povos guardiões das florestas.

O que são CRÉDITOS DE CARBONO?

Créditos de carbono são uma forma de medir e recompensar a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) que causam o aquecimento do planeta, ou a sua captura. Funciona assim: quando uma pessoa, empresa, comunidade ou jurisdição deixa de emitir GEEs (como o CO_2) ou ajuda a capturá-los da atmosfera — por exemplo, recuperando florestas ou usando energia renovável — ela pode receber créditos. Cada crédito representa uma tonelada de gás carbônico que deixou de ser emitido para a atmosfera ou que foi capturado. Esses créditos podem ser vendidos para outras empresas ou países que precisam compensar suas emissões, criando um incentivo financeiro para proteger o meio ambiente.

Projetos REDD+ e PROGRAMAS JURISDICIONAIS DE REDD+ (JREDD+)

Para incentivar a conservação das florestas, foram criados os mercados de carbono, que permitem transformar a proteção ambiental em benefício econômico. Nesses projetos, quem evita a emissão de gases de efeito estufa ou retira carbono da atmosfera, pode gerar créditos de carbono, que são comprados por empresas ou países que querem compensar suas próprias emissões. Um dos mecanismos mais conhecidos nesse processo é o REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). Um mecanismo criado no âmbito da ONU para recompensar financeiramente ações que evitem o desmatamento e a degradação florestal, promovam a conservação, o manejo sustentável e a recuperação de áreas degradadas, reduzem emissões de gás carbônico e aumentem o carbono estocado.

O REDD+ valoriza a floresta em pé e reconhece o papel central dos PIPCTs na sua proteção, prevendo salvaguardas, que são regras e proteções que garantem o respeito aos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais e asseguram uma repartição justa dos benefícios alcançados com esses projetos.

Os projetos REDD+ são iniciativas locais, geralmente em territórios específicos, conduzidas por comunidades, governos ou organizações. Já os Programas Jurisdicionais de REDD+ (JREDD+) operam em escala mais ampla — estadual, regional ou nacional — e buscam coordenar diferentes projetos sob uma mesma estrutura de governança, alinhada a políticas públicas e metas climáticas.

Para saber mais sobre mercados de carbono REDD+, acesse a Cartilha 2 - Mercados de Carbono e REDD+ e a Cartilha 3 sobre REDD+ Jurisdicional.

ABORDAGENS COMBINADAS PARA ENFRENTAR O DESMATAMENTO EM PROGRAMAS DE JREDD+ SEGUNDO A COALIZÃO LEAF

POLÍTICAS E LEGISLAÇÕES QUE ABORDAM AS CAUSAS DO DESMATAMENTO.

PARTICIPAÇÃO ATIVA DE PIPCTs, GARANTINDO QUE SEUS DIREITOS SEJAM RESPEITADOS E RECEBAM UMA PARTE JUSTA DAS RECOMPENSAS.

FORNECIMENTO DE INCENTIVOS FINANCEIROS AOS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS PARA PROTEGER AS FLORESTAS.

APLICAÇÃO DE LEIS E REGULAMENTOS PARA PREVENIR O DESMATAMENTO ILEGAL.

2

Como funcionam a Coalizão LEAF e o padrão TREES

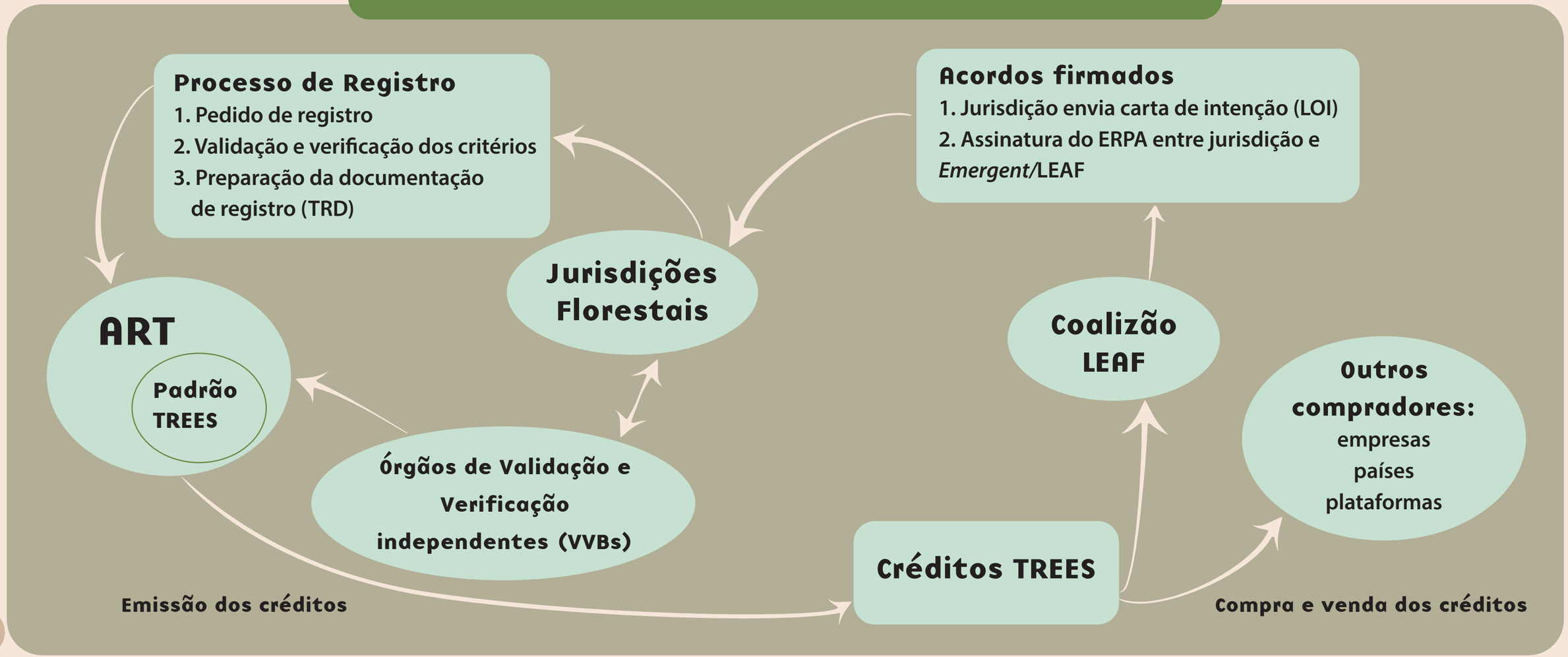
A Coalizão LEAF funciona como uma plataforma que reúne **recursos financeiros vindos de governos e grandes empresas** — como os governos da Noruega, Reino Unido e Estados Unidos, e empresas como Amazon, Unilever e Nestlé, entre outras — para apoiar programas de conservação de florestas. Esses recursos são direcionados a jurisdições (que podem ter nível nacional, ou seja são países inteiros, ou em nível subnacional, que são os estados ou províncias), que assumem compromissos concretos para reduzir o desmatamento e proteger seus territórios florestais.

Esse financiamento não é automático: **só é liberado quando a jurisdição consegue comprovar que realmente evitou emissões de gases de efeito estufa,** incluindo o gás carbônico (CO_2). Para isso, usa-se um sistema de Mensuração, Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), que reúne informações sobre como o território está sendo protegido, se as florestas estão se mantendo em pé, e quanto de CO_2 deixou de ser emitido ou foi capturado.

É aí que entra o padrão TREES. Ele é um padrão internacional que **orienta como os dados devem ser organizados e avaliados.** Ele define, por exemplo, quais informações devem ser incluídas, como calcular a quantidade de redução de emissões (que é medido em toneladas de dióxido de carbono equivalente – tCO_2e), e quais salvaguardas sociais e ambientais devem ser cumpridas, seguindo o previsto nas Salvaguardas de Cancún. Para mais informações sobre como funcionam os mercados de carbono, e o que são as Salvaguardas de Cancún, acesse a Cartilha 2 desta série.

A certificação segundo o padrão TREES é feita por auditorias independentes (por parte dos órgãos verificadores e validadores, os VVBs, da sigla em inglês), que avaliam se os resultados são reais e confiáveis. O processo verifica se todos os requisitos do TREES foram cumpridos. Além disso, o padrão TREES exige que os dados e resultados sejam públicos, e que haja a **participação das comunidades envolvidas.**

RELAÇÃO ENTRE A ART (E O PADRÃO TREES) E A COALIZÃO LEAF



3

Financiamento e benefícios

O modelo da **Coalizão LEAF** é baseado em **pagamento por resultados**, com certificação do **padrão TREES** como requisito. Isso significa que as jurisdições só recebem os recursos financeiros depois de comprovarem que conseguiram reduzir emissões de gases de efeito estufa — de forma certificada, validada, verificada e transparente, respeitando os direitos das populações locais.

Os **créditos TREES** podem ser vendidos a qualquer comprador no mercado voluntário de carbono, incluindo empresas, governos e outras organizações ou pessoas. A LEAF atua como uma das principais compradoras por meio de contratos de compra antecipada (ERPAs) assinados com as jurisdições. O mercado voluntário de carbono é o espaço no qual empresas e organizações compram créditos para compensar parte de suas emissões, contribuindo para a proteção florestal e apoiando comunidades locais.

Os créditos TREES se apresentam como uma boa opção tanto para empresas quanto para governos, para o apoio a programas jurisdicionais de redução de emissões que **atuam para proteger as florestas e beneficiar os PIPCTs nos territórios.**

Dentre as possibilidades de alocação dos recursos gerados pela venda e compra desses créditos, estão o fortalecimento das políticas públicas de conservação; apoio a PIPCTs; além do investimento em tecnologias de monitoramento, como uso de satélites, drones e sensores remotos; entre outros.

No entanto, é fundamental que os recursos gerados por estes programas jurisdicionais sejam **distribuídos de maneira justa entre os povos e as comunidades que cuidam das florestas.** Essa distribuição se chama repartição de benefícios. Esses sistemas de repartição de benefícios devem ser claros, participativos e respeitar os modos de vida dos povos da floresta. Esses sistemas garantem que os PIPCTs envolvidos recebam sua parte de forma transparente e equitativa. Quando bem implementados, esses mecanismos não só contribuem para a conservação da floresta, mas também fortalecem a autonomia e a segurança dos territórios. Mais informações sobre esse tema estão disponíveis na Cartilha 7 desta série.

4

Implementação prática

Para participar da Coalizão LEAF, uma jurisdição — como um país ou estado — precisa comprovar seu compromisso com a redução do desmatamento e a degradação e o respeito aos direitos dos povos da floresta. A adesão à LEAF envolve o cumprimento de critérios técnicos e sociais, a certificação das reduções de emissões pelo padrão TREES e a assinatura de acordos que garantem o pagamento por resultados, fortalecendo políticas públicas e gerando benefícios diretos para quem protege a floresta. Para participar da LEAF, uma jurisdição deve:

1. Demonstrar interesse formal

A jurisdição (nacional ou estadual) deve sinalizar sua intenção de participar da LEAF, geralmente por meio de uma carta de intenção (LOI).

2. Atender aos critérios básicos da LEAF

- Estar comprometida com a redução de emissões por desmatamento e degradação florestal.
- Apresentar políticas públicas e planos de combate ao desmatamento, como marcos legais, planos de ação ou estratégias climáticas.
- Garantir respeito aos direitos dos PIPCTs, conforme as salvaguardas de Cancún.

3. Elaborar uma proposta de pagamento por resultados

A jurisdição deve preparar uma proposta técnica demonstrando que está apta a reduzir emissões de forma mensurável e verificável. Essa proposta precisa estar alinhada ao padrão TREES, que é o sistema de certificação exigido pela LEAF.

4. Iniciar o processo de certificação pelo TREES

As jurisdições iniciam o processo enviando uma Nota Conceitual à ART e, posteriormente, um Documento de Registro TREES. São diversas as informações que devem ser apresentadas nesses documentos, todas as quais devem seguir os modelos oficiais disponibilizados no site da ART, tais como:

- Séries históricas de emissões (para definir a linha de base ou nível de referência).
- Sistema de MRV robusto e transparente.
- Mecanismos de repartição de benefícios.
- Evidências de salvaguardas, governança e clareza sobre titularidade de carbono e gestão florestal.

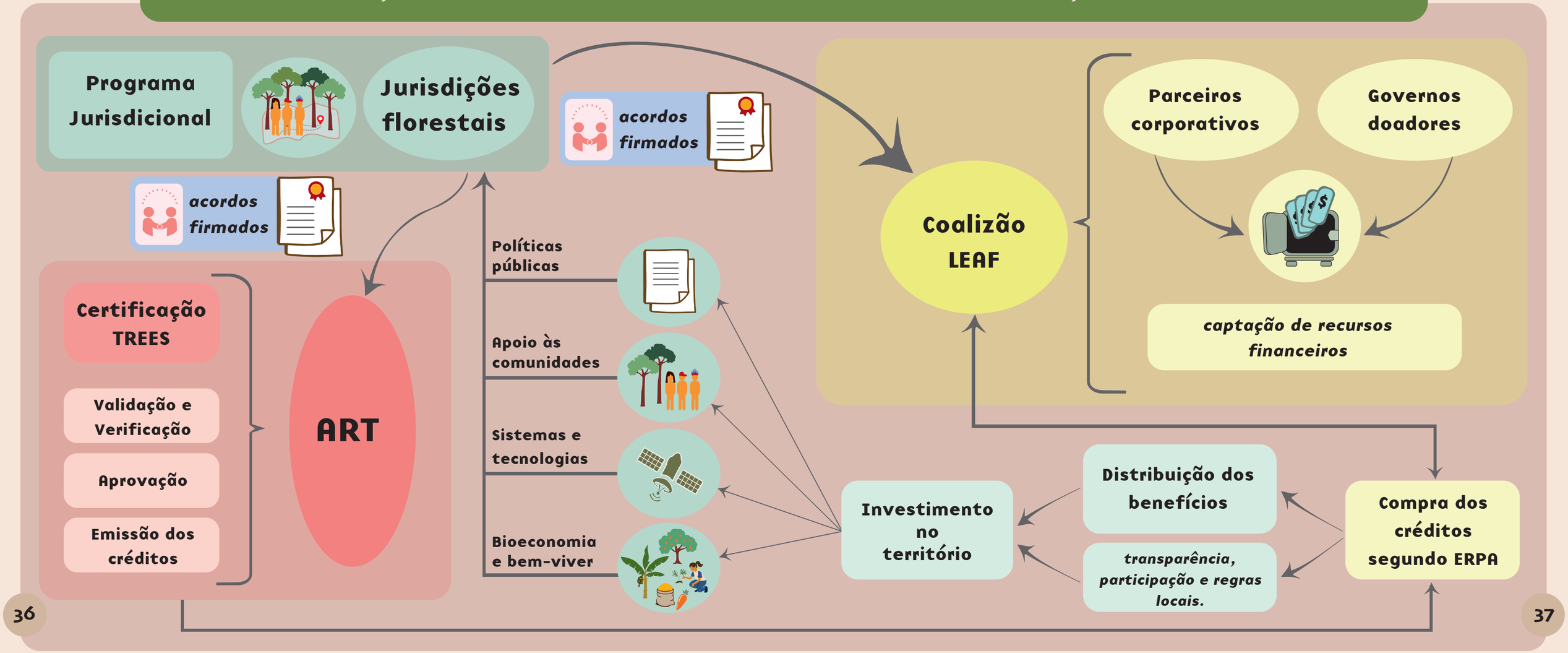
5. Assinar o Acordo de Compra (ERPA)

Se a proposta for aprovada, a jurisdição assina um contrato com a Coalizão LEAF, chamado ERPA (Acordo de Compra de Reduções de Emissões, na sigla em inglês), formalizando a venda dos créditos de carbono por resultados.

6. Implementar, monitorar e reportar

A partir daí, a jurisdição implementa suas ações de redução de emissões e envia relatórios periódicos à ART, que são verificados por terceiros. Após a verificação positiva, os créditos de carbono são certificados pela ART e os pagamentos por resultados são liberados.

ESQUEMATIZAÇÃO DE PROGRAMAS JREDD+ SOB A COALIZÃO LEAF COM GERAÇÃO DE CRÉDITOS TREES



5

Os desafios desse caminho

Apesar do potencial transformador da Coalizão LEAF, alinhada à certificação de créditos TREES realizada pela ART, ainda existem muitos desafios para que esses mecanismos funcionem de forma **justa, eficaz e duradoura.**

Entre os principais desafios estão:

- A complexidade de implementar programas em grande escala, que envolvem muitos atores e interesses diferentes.
- A necessidade de sistemas de Mensuração, Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) robustos, que exigem tecnologia, dados confiáveis e pessoas capacitadas.
- A garantia de que os benefícios cheguem de forma justa e transparente às comunidades que protegem as florestas.
- E a pressão econômica para explorar os recursos naturais — como madeira, minérios e terras para agricultura — que ainda ameaça muitos territórios.

Por isso, é fundamental que os processos sejam conduzidos com muito **cuidado, escuta e diálogo, respeitando os tempos e modos de vida dos povos da floresta.**

6

Perspectivas futuras

O futuro dos programas jurisdicionais de REDD+ está estreitamente relacionado à forma como esses instrumentos se alinharão e responderão à evolução do marco internacional de mitigação climática, especialmente no contexto do Artigo 6 do Acordo de Paris, que já prevê mecanismos de mercado regulados e está em processo de operacionalização.

Alguns caminhos estratégicos para fortalecer sua contribuição incluem:

- **Expandir parcerias entre governos, empresas e comunidades,** garantindo que recursos financeiros cheguem efetivamente a quem protege as florestas.
- **Avançar no uso de tecnologias de monitoramento** — como inteligência artificial e sensoriamento remoto — para tornar o sistema mais preciso, transparente e acessível.
- **Ampliar o número de jurisdições certificadas,** com a participação de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais desde o início do processo.
- **Integrar ações de REDD+ a políticas de bioeconomia, restauração ecológica e desenvolvimento sustentável,** fortalecendo a relação entre clima, floresta e qualidade de vida.

O alinhamento destes programas a iniciativas como a da Coalizão LEAF e da ART com seu padrão TREES, considerando também o Artigo 6 e sempre seguindo o previsto na Salvaguardas de Cancún, pode facilitar a geração e transferência de créditos com maior integridade ambiental e alinhamento com as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), contribuindo para as metas globais de clima e biodiversidade até 2050.

Se bem implementados, processos como os que estão sendo executados pela ART e pela LEAF, podem contribuir não apenas para reduzir emissões, como também para **fortalecer a autonomia dos povos da floresta e a conservação dos territórios.**

LINHA DO TEMPO DA COALIZÃO LEAF, CERTIFICAÇÃO TREES E PERSPECTIVAS FUTURAS

2018

Criação da **ART**

2020

Criação do padrão **TREES**

2021

Lançamento da Coalizão **LEAF**

2023

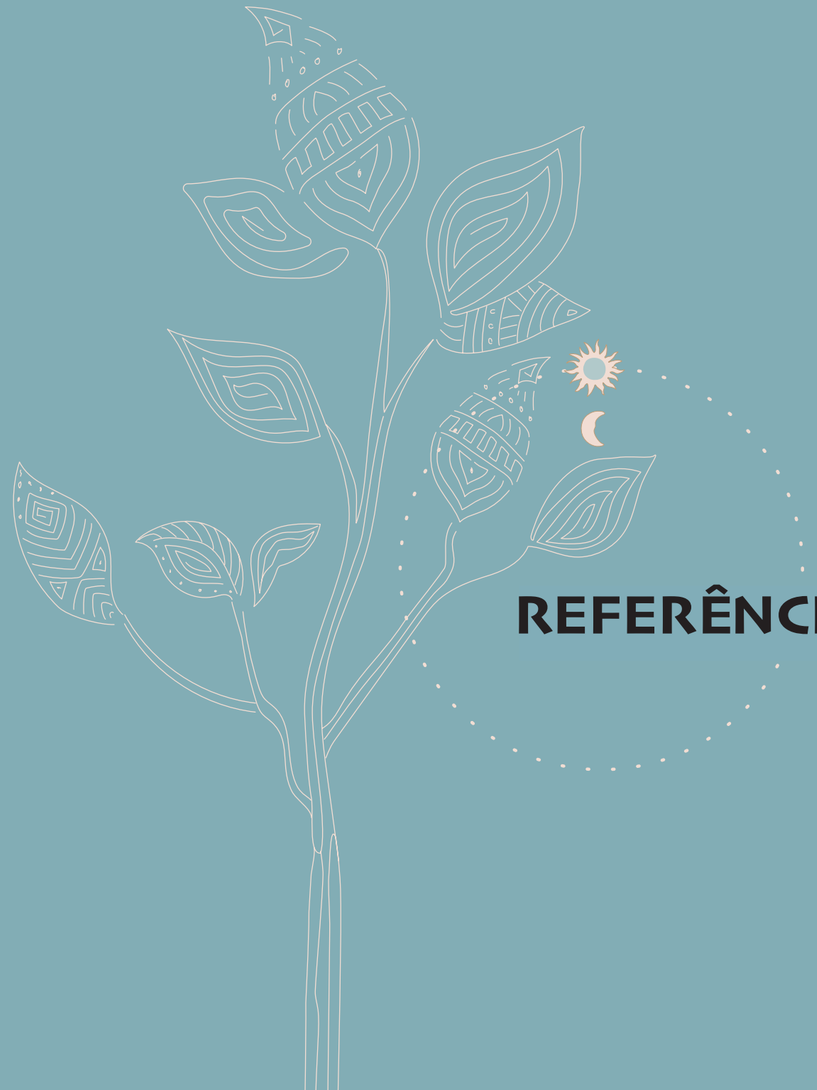
Primeiros programas jurisdicionais certificados com créditos **TREES**

2030

Expansão prevista pela Coalizão **LEAF,** conforme metas públicas de mobilização de financiamento florestal em larga escala

2050

Potencial de contribuir para as metas globais de mitigação e biodiversidade



REFERÊNCIAS

- ART (2023). Resumo Executivo - O Padrão De Excelência Ambiental REDD+ (TREES) 2.0
- Fonafifo. (2024). Programa de Pagos por Servicios Ambientales: Relatório Anual. Fondo Nacional de Financiamiento Forestal.
- IPCC. (2014). Fifth Assessment Report: Climate Change 2014. Intergovernmental Panel on Climate Change.
- LEAF. (2023). LEAF Coalition Annual Report. Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance.
- Sunderlin, W. D., Larson, A. M., & Duchelle, A. E. (2015). Forest Tenure and REDD+. Center for International Forestry Research (CIFOR).

FOREST
TRENDS
greendata
Walmart org